

Jornal Notícias	Periodicidade: Diário
27-01-2021	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,6



Novo decreto permite fecho de fronteiras e escolas encerradas por mais tempo

Marcelo possibilita proibição de entrada e saída do país. Estado de emergência será "prolongamento" do anterior, mas impasse no ensino pode manter-se

Próximas datas a reter

28 jan

O Parlamento debate amanhã, às 14 horas, a renovação do estado de emergência por mais 15 dias. A aprovação deverá voltar a estar garantida, à partida, por parte do PS e do PSD – embora, na última votação, CDS e PAN tenham transitado da abstenção para o voto a favor. PCF, PEV, IL e Chega são contra, BE tem-se absteído.

31 jan

O próximo decreto do estado de emergência diz respeito ao período entre 31 de janeiro e 14 de fevereiro. Termina perto do Carnaval, (dia 16), cabendo ao Governo decidir se os alunos gozarão essas férias ou se regressarão às aulas. Será a décima vez que o mecanismo é acionado desde o início da pandemia.

5 fev

Na sexta-feira, o Governo anunciou o encerramento das escolas por 15 dias, ou seja, até 5 de fevereiro. No entanto, Mariana Silva, do PEV, e João Cotrim Figueiredo, da IL, admitem que o fecho se prolongue. André Silva, do PAN, pôs mesmo a hipótese de a medida se estender a todo o mês de fevereiro.



Estado de emergência deve ser renovado amanhã, e durará até 14 de fevereiro

João Vascóncelos e Sousa
joao.sousa@ext.jn.pt

RESTRICÇÕES O novo decreto do estado de emergência, votado amanhã no Parlamento e que irá vigorar até 14 de fevereiro, deverá prever o fecho de fronteiras e que as escolas permaneçam encerradas para lá dos 15 dias inicialmente decididos. Para já, estão encerradas até dia 5, mas alguns partidos ontem ouvidos pelo presidente da República admitiram que a situação deve manter-se por mais tempo. De resto, anunciou Marcelo Rebelo de Sousa, o novo decreto será, sobretudo, um "prolongamento" do atual. À saída da reunião com o chefe de Estado – que decorreu por videoconferência –, Mariana Silva, deputada do PEV, disse que o decreto será "muito semelhante" ao atual, embora prevenindo "pequenas alterações" como "a possibilidade de fechar fronteiras". Ao JN, a parlamentar referiu que será preciso esperar

pelo diploma do Governo para saber mais pormenores, nomeadamente se essa possibilidade é genérica ou se especifica determinados países.

No entanto, segundo Mariana Silva, a presidente quis acautelar esta hipótese "caso seja necessário" recorrer a ela entretanto – sobretudo se a incidência da variante britânica do vírus crescer. A próxima reunião no Infarmed, que deverá ocorrer "para a semana", poderá trazer novidades a este respeito.

MOLDURA LEGAL

Uma vez que a renovação do estado de emergência terá efeitos a partir de domingo, o decreto teria sempre de prever o encerramento das escolas. Caso contrário, não existiria moldura legal para manter esses estabelecimentos fechados até dia 5.

Conforme o JN já noticiou, o Ministério da Educação enviou um e-mail às escolas a apelar a que estas aproveitem a atual pausa le-

tiva para preparar a modalidade de ensino à distância. Em cima da mesa poderá estar a possibilidade de um regime misto, com aulas alteradas entre presenciais e não presenciais.

Marcelo, que ontem ouviu CDS, PAN, PEV, IL e Chega, e hoje recebe os restantes partidos, disse que o novo decreto do estado de emergência não trará novidades significativas. Tendo em conta "as medidas tomadas na passada sexta-feira", o presidente idealiza um "prolongamento da renovação anterior, integrando as medidas que foram tomadas".

Nenhuma das cinco forças políticas ontem ouvidas deverá alterar o sentido de voto no plenário marcado para amanhã (ver "próximas datas a reter"). Todas criticaram o Governo pelo atraso na garantia do ensino online e Francisco Rodrigues dos Santos, líder do CDS, defendeu a possibilidade do fecho de fronteiras. O decreto deverá ser conhecido hoje. ●

PAIDEMIA

Marcelo e Governo divergem sobre ajuda externa

O presidente da República disse ontem, em Lisboa, que "não há, neste instante, razão que determine uma ideia de alarme social quanto à necessidade de recurso a ajuda internacional" no combate à pandemia. Marcelo Rebelo de Sousa sublinhou que "há a disponibilidade de países amigos para ajudarem, tal como foram ajudados no passado", cabendo ao Governo pronunciar-se "se for necessário esclarecer". Ao JN, o gabinete da ministra da Saúde, Marta Temido, não excluiu o pedido de ajuda internacional, afirmando que "todas as hipóteses estão a ser consideradas no sentido de continuar a assegurar os cuidados de saúde aos portugueses". Para o Governo, "os mecanismos de cooperação europeia são obviamente uma possibilidade, em função da evolução que se vier a verificar".

SOL
TAS

Falsas vacinas à venda em sites são grande risco para a saúde

BURLAS Embora milhões de pessoas tenham sido já vacinadas contra a covid-19, nos países ricos proliferam as fraudes na Internet com fármacos falsos que representam um grande risco para a saúde porque existe uma procura que não é atendida pelas vias legais, alertaram peritos das Nações Unidas.

Executivo define gel desinfetante que pode ser deduzido no IRS

DESPESAS Para efeitos de dedução no IRS, o gel desinfetante deverá, diz o despacho ontem publicado em Diário da República: ser um produto desinfetante cutâneo com teor em álcool etílico, de pelo menos 70% de volume, ou com teor em álcool isopropílico em volume de 75% ou mais.



Organização Mundial de Saúde aprova vacina da Moderna

EU A Organização Mundial da Saúde anunciou ontem que aprovou o uso da vacina da empresa farmacêutica norte-americana Moderna contra a covid-19, recomendando que as duas doses sejam tomadas com um intervalo de 28 dias. E que só em caso de grande necessidade haja um intervalo de 42 dias.